

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Processo n. 1076899 (Representação).
CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA.**

FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, advogado, RG n. 7.240.374 SSP/MG, CPF n. 033.725.426-57, OAB/MG n. 80.593, filho de João Batista Vieira dos Santos e Maria Helena de Almeida, *e-mail*: advfernandoalmeida@gmail.com, residente e domiciliado na Rua da Gloria, n. 197, Centro, Araguari (MG), CEP: 38.440-048, vem em causa própria, apresentar sua defesa nos autos do processo n. 1076899, de acordo com as seguintes razões de fato e de direito:

DA IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS EM RELAÇÃO AO REPRESENTADO.

1. Apresenta o MPC no dia 10.09.2019 (peça 4 do SGAP) representação contra diversos agentes públicos do município de Araguari (MG), dentre os quais o advogado e servidor público municipal ora signatário.
2. Especificamente em relação ao representado, o MPC pede a sua responsabilização nos seguintes termos, *in verbis*:

Ausência de planejamento na celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 265/2013, em 2/7/2017, que previu a prorrogação do prazo de vigência do instrumento por mais 12 meses	Condenação ao pagamento de multa	Sr. João Batista de Arantes da Silva, Secretário Municipal de Saúde à época, na qualidade de agente requisitante da prorrogação do Contrato nº 265/2013 e responsável pela celebração do 4º Termo Aditivo
		Sr. Leopoldo Alves Borges, Subprocurador Municipal, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses
		Sr. Fernando de Almeida Santos, Assessor Jurídico, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses
Pagamento de aluguéis sem a respectiva destinação pública do imóvel durante o período de 7/8/2017 a 29/7/2018	Condenação ao ressarcimento ao erário municipal do montante histórico de R\$59.952,60	Sr. Raul José Belém, Prefeito Municipal à época, na qualidade de ordenador de despesas do Município de Araguari
		Sr. João Batista de Arantes da Silva, Secretário Municipal de Saúde à época, na qualidade de agente requisitante da prorrogação do Contrato nº 265/2013 e responsável pela celebração do 4º Termo Aditivo
	Condenação ao	Sr. Leopoldo Alves Borges, Subprocurador Municipal,

	pagamento de multa	responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses
		Sr. Fernando de Almeida Santos, Assessor Jurídico, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses

3. A Unidade Técnica se manifestou, em relação ao representado, por meio do detalhado relatório técnico (peça 6 do SGAP) nos seguintes termos, *in verbis*:

(...)

A Administração Municipal prorrogou o prazo do contrato de locação de 29/07/2017 a 29/07/2018, por meio do 4º Termo Aditivo, de 12/07/2017 – f. 622/623, em atendimento à solicitação do Secretário Municipal de Saúde, Sr. João Batista Arantes da Silva, de 02/05/2017 – f. 614, e Parecer Jurídico exarado pelos Senhores Leopoldo Alves Borges, Subprocurador Municipal e Fernando de Almeida Santos, Assessor Jurídico, de 30/05/2017.

(...)

Esta Unidade Técnica entende que o parecer jurídico sobre o aditamento de prorrogação do contrato de locação foi exarado pela Assessoria Jurídica no estrito exercício de sua competência, em atendimento à solicitação do Secretário Municipal da Saúde – f. 614, razão pela qual deixa de pugnar aos pareceristas responsabilidade pelo apontamento, visto que não lhes afetam o planejamento e a gestão da saúde.

(...)

4. Em aditamento à representação inicialmente apresentada, o MPC assim se manifestou em relação ao representado (peça 15 do SGAP), *in verbis*:

(...)

Quanto à prorrogação do Contrato nº 265/2013 sem as devidas justificativas, aponta-se que os gestores são os responsáveis pela motivação da decisão, devendo demonstrar porque era necessário manter o contrato de locação por mais doze meses. Todavia, competia à assessoria jurídica verificar se tais justificativas foram apresentadas, o que foi realizado no caso. Neste sentido, mantem-se a responsabilização dos Srs. Leopoldo Alves Borges, Subprocurador Municipal, e Fernando de Almeida Santos, Assessor Jurídico, subscritores do parecer jurídico que autorizou a celebração do 4º TA (Fls. 614, 620/621).

(...)

<p>Ausência de planejamento na celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 265/2013, em 2/7/2017, que previu a prorrogação do prazo de vigência do instrumento por mais 12 meses - Ato de gestão antieconômico e negligente – Violação aos princípios da legalidade, da moralidade e da motivação, e ao disposto nos artigos 2º, parágrafo único, 3º, caput, 54, §2º, 55, XI, 57, § 2º, e 67, caput, da Lei nº 8.666/1993,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MARCOS COELHO DE CARVALHO, Prefeito Municipal na gestão 2017/2020, ordenador de despesas do Município de Araguaia • JOÃO BATISTA DE ARANTES DA SILVA, Secretário Municipal de Saúde à época, agente requisitante da prorrogação do Contrato nº 265/2013 • LEOPOLDO ALVES BORGES, Subprocurador Municipal, responsável pelo parecer jurídico favorável à 	<p>Pagamento de multa, nos termos dos arts. 83, I, 84, e 85, II, da LC nº 102/2008 e 315, I, e 318, II da Resolução nº 12/2008</p>
--	---	--

<p>bem como à Cláusula Primeira e à alínea “b”, item 9.1, da Cláusula Nona do Contrato nº 265/2013</p>	<p>prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> • FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS, Assessor Jurídico, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses • LUIZ GONZAGA BARBOSA PIRES, Secretário Municipal de Administração que autorizou a abertura e atuação do processo de dispensa para locação do imóvel 	
--	--	--

<p>Pagamento de aluguéis sem a respectiva destinação pública do imóvel durante o período de 7/8/2017 a 29/7/2018 – Ausência de planejamento – Ato de gestão antieconômico e negligente – Violação aos princípios da legalidade, da moralidade e da motivação, e ao disposto nos artigos 2º, parágrafo único, 3º, caput, 24, X, 54, §2º, 55, XI, 57, § 2º, e 67, caput, da Lei nº 8.666/1993, bem como à Cláusula Primeira e à alínea “b”, item 9.1, da Cláusula Nona do Contrato nº 265/2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MARCOS COELHO DE CARVALHO, Prefeito Municipal na gestão 2017/2020, ordenador de despesas do Município de Araguaí • JOÃO BATISTA DE ARANTES DA SILVA, Secretário Municipal de Saúde à época, agente requisitante da prorrogação do Contrato nº 265/2013 • LEOPOLDO ALVES BORGES, Subprocurador Municipal, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses • FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS, Assessor Jurídico, responsável pelo parecer jurídico favorável à prorrogação da vigência do Contrato nº 265/2013 pelo prazo de 12 meses • LUIZ GONZAGA BARBOSA PIRES, Secretário Municipal de Administração que autorizou a abertura e autuação do processo de dispensa para locação do imóvel 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de multa, nos termos dos arts. 83, I, 84, e 85, II, da LC nº 102/2008 e 315, I, 318, II, e 319 da Resolução nº 12/2008 • Restituição aos cofres públicos da quantia histórica de <u>R\$59.952,60</u>, nos termos dos arts. 86 e 94 da LC nº 102/2008 e 316 da Resolução nº 12/2008
--	--	--

5. Não obstante a relevância dos fatos descritos na representação do MPC e certamente o árduo trabalho exigido do gabinete do ilustre Procurador que a subscreve, não há irregularidade alguma no parecer jurídico emitido pelo advogado representado, senão pelo único fato de estar inserido no lamentável contexto narrado na inicial e no seu aditamento.

6. Como bem destacou a Unidade Técnica desse egrégio Tribunal, *não afeta ao parecerista o planejamento e a gestão da saúde*. Dessa forma não lhe compete também embrenhar-se em investigação

acerca da veracidade das motivações que lhe são apresentadas pela autoridade pública que requisita o parecer jurídico.

7. Não ocorre, portanto, deficiência técnica, tampouco erro grave ou grosseiro no parecer jurídico analisado pelo MPC.

8. A prorrogação contratual foi analisada de acordo com as bases do contrato primitivo (necessidade, adequação e compatibilidade do aluguel)¹, reafirmadas expressamente pelo seu gestor em justificativa formal, independentemente de ter sido esta prolixa ou sucinta.

9. Sobre os contratos de locação celebrados pela Administração Pública, a jurisprudência do egrégio **TCEMG** é clara ao assim dispor nos seguintes enunciados:

Súmula n. 47: A validade da prorrogação dos contratos, convênios, acordos ou ajustes, nos limites estabelecidos em lei, dependerá de justificativa por escrito, de prévia autorização da autoridade competente e de prévia formalização mediante termo aditivo específico, excetuando-se os contratos de locação regidos por norma federal própria.

Súmula n. 59: Em se tratando de relação contratual - contrato de locação de bem imóvel - submetida à legislação federal específica, que admite sua prorrogação, independentemente de formalização em instrumento próprio, salvo expressa manifestação em contrário de uma das partes, não é imprescindível termo aditivo para

¹ Segundo Marçal Justen Filho (*Comentários à lei de licitações e contratos administrativos* [livro eletrônico]. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016):

A contratação depende, portanto, da evidenciação de três requisitos, a saber: (a) necessidade de imóvel para desempenho das atividades administrativas; (b) adequação de um determinado imóvel para satisfação das necessidades estatais; (c) compatibilidade do preço (ou aluguel) com os parâmetros de mercado.

efeito de anotação da despesa e controle da legalidade da execução financeira e orçamentária.

10. Perceba ainda que não se pode exigir do parecerista conhecimento ou conduta proativa no sentido de checar a ocorrência de fatos alheios aos formalmente apresentados pela autoridade consulente e gestora do contrato.

11. Nesse sentido ensina MARÇAL JUSTEN FILHO²:

O parecerista jurídico não responde por ações e omissões imputáveis exclusivamente a outros agentes administrativos. Assim, não é responsabilizável o assessor jurídico quando os fatos expostos no processado não correspondem à realidade. O parecerista fornece uma manifestação jurídica em vista dos elementos existentes. Não é cabível a responsabilização pessoal do parecerista nos casos em que a situação real era diferente daquela submetida à sua avaliação, não existindo meio de o parecerista identificar o defeito. Se o parecer fornecido era compatível com a consulta submetida, a revelação dos defeitos quanto à narrativa deve gerar a responsabilização daquele que forneceu ao consultor jurídico a versão incorreta dos fatos.

12. Face à exclusiva responsabilidade da autoridade gestora do contrato, é relevante anotar que “(...) o *administrador vincula-se aos motivos elencados para a prática do ato administrativo. Nesse contexto, há vício de legalidade não apenas quando inexistentes ou inverídicos os motivos suscitados pela administração, mas também*

² Ibidem.

quando verificada a falta de congruência entre as razões explicitadas no ato e o resultado nele contido.”³

13. Em conclusão, verifica-se que além de vincular indevidamente o parecerista a atos de gestão que não lhe são próprios, a representação ministerial e seu aditamento não apontam a ocorrência de erro grave ou grosseiro no parecer jurídico, requisitos exigidos para a responsabilização do seu emissor, de acordo com o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a exemplo do seguinte precedente, *in verbis*:

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO ADMINISTRATIVA. RELATÓRIO FINAL. INCORPORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE QUINTOS/DÉCIMOS. 1. **Os agravados foram condenados pelo TCU ao pagamento de multa, por terem subscrito relatório final que amparou decisão administrativa. A situação dos agravados assemelha-se à do parecerista, pelo que a responsabilização deve ocorrer nos mesmos moldes.** 2. Até o julgamento do RE 638.115-RG, havia controvérsia sobre o direito à incorporação e atualização dos quintos/décimos, devido às inúmeras normas editadas. **Ausência de culpa ou erro grosseiro a justificar a condenação dos agravados.** Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(MS 30928 AgR, Relator(a): Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 07/06/2016, processo eletrônico DJe-171, divulgado em 15-08-2016, publicado em 16-08-2016).

14. Finalmente, ao então parecerista, ora representado, não pode ser imputada qualquer responsabilidade pela contratação ou

³ Citado no Agravo de Instrumento Cível n. 1.0621.18.002223-1/001. Rel. Des.^a Sandra Fonseca. 6ª Câmara Cível do TJMG. Julg. em 19/11/2019. Publ. em 29/11/2019.

continuidade da mesma em eventual desacordo com os acontecimentos que a orbitavam, omitidos da assessoria jurídica nas justificativas apresentadas pela autoridade pública competente, gestora do contrato e única responsável pela sua fiel execução, nos termos do art. 66 da Lei n. 8.666/1993.

DOS PEDIDOS.

15. Diante do exposto requer seja recebida e processada a presente defesa por ser própria e tempestiva, para ao final julgar improcedente a representação do MPC em relação ao representado signatário, com o consequente arquivamento.

Nestes termos
pede deferimento.

Araguari (MG), 14 de setembro de 2021.



Fernando de Almeida Santos
OAB/MG – 80.593